

os filhos a atirar facas, nenhum angolano a explicar-lhes como se tocam tambores, nenhum camponês a introduzi-los na arte das desfolhadas. Para eles, contudo, esta objecção não interessa, porque são estas «modernices» que lhes conferem poder.

A nova ideologia é paternalista no pior sentido da palavra: trata-se de dar aos filhos dos pobres o conhecimento que os «filósofos-cientistas» julgam acessível aos materialmente desmuni-dos. Do cimo da sua sapiência, pen-sam que o homem comum não é capaz de apreciar a cultura superior, excepto na versão diluída que, da escola primária à universidade, lhe é oferecida. As actuais políticas educa-tivas constituem um cruzamento en-tre a menorigação e a psicoterapia: menorigam os estudantes, porque os nivelam pelo menor denominador co-mum, e psicoterapizam a cultura, porque não querem beliscar a «auto-estima» dos adolescentes.

As últimas linhas do livro de Frank Furedi constituem um apelo impor-tante. Segundo ele, ao sermos cúmplices do relativismo cultural, estamos a dar cabo de nós próprios. A obra termina da seguinte forma: «Há muito pouco que possamos fazer para for-çar as elites a abandonarem uma visão do mundo instrumental e inimiga da cultura. Mas podemos envolver-nos num combate, no campo das ideias, a fim de conquistarmos o coração e o espírito do público. A forma como o fizemos é uma das questões cruciais do nosso tempo.»

MARIA FILOMENA MÓNICA

*Catherine Hall, **Civilising Subjects. Metropole and Colony in the English Imagination, 1830-1867**, Cambridge, Polity Press, 2002, 556 páginas.*

Os abolicionistas de finais do sé-culo XVIII acreditavam que, uma vez liberto da escravidão, o negro atingiria rapidamente o nível civilizacional do seu irmão branco, o que teria enormes vantagens para si mesmo e para o mundo. Esses abolicionistas — e os da geração seguinte — impulsiona-ram um movimento político cujo maior mérito foi o de ter conseguido transmitir às massas e aos detentores dos poderes executivo e legislativo essa expectativa optimista acerca do africano. Foi ela que, em última ins-tância, impeliu os ingleses no sentido da abolição do tráfico e, depois, da própria escravidão. Em Inglaterra, como Drescher assinalou, a vitória do abolicionismo foi, acima de tudo, uma vitória da ideologia¹.

Todavia, e ao contrário do que geralmente se pensa, essa vitória es-teve bem longe de ser estável e de-finitiva. A adesão dos britânicos — e dos outros povos ocidentais, acres-cente-se — ao movimento abolicio-nista deve comparar-se, não tanto a um movimento avassalador que fos-se rebentando os vários ferrolhos que cerceavam a autonomia do ho-mem negro, mas mais ao movimento das marés. Houve uma maré alta,

¹ Seymour Drescher, «Capitalism and slavery after fifty years», in *Slavery & Abolition*, 18, 3, 1997, pp. 212-227.

que durou até meados do século XIX, e a partir daí viveram-se anos de maré baixa, durante os quais o abolicionismo foi perdendo poder de influência e foi mudando de objectivos em função daquilo que a experiência ia revelando.

O livro de Catherine Hall tem essa mudança de maré como pano de fundo e como objecto, se bem que a autora não se preocupe exclusivamente com o abolicionismo. Aquilo que, acima de tudo, procura compreender é o horizonte mais global da relação colónia/metrópole e como cada um desses dois universos interligados espelhou e ajudou a construir o outro. Apesar dessa meta muito ampla e ambiciosa, o livro, cujo âmbito cronológico vai de 1830 a 1867, é, na verdade, um *case study*, ou, melhor dizendo, o conjunto de dois *case studies* entrelaçados. A interligação da metrópole com as colónias poderia ter sido explorada de variadíssimas maneiras, mas Hall escolheu aquela que lhe era mais próxima por razões de ordem pessoal e familiar (razões que, aliás, explica numa longa introdução que se situa algures entre a autobiografia e o livro de memórias). Assim, os palcos da sua investigação são a Jamaica e Birmingham, em Inglaterra, e as personagens centrais do seu livro não são os ingleses, em geral, mas um grupo muito específico: os missionários baptistas que foram para a Jamaica a fim de cristianizarem e civilizarem os escravos. Nesse contexto analítico, a questão principal que a si mesma se coloca é a seguinte: como foi que esses homens

agiram e sentiram enquanto agentes civilizadores e como repercutiu a sua acção tanto na Jamaica como em casa? Os missionários partiam para a colónia com um sonho mas... «what happened to their dream?» (p. 13). Para responder a essa e outras questões, Hall põe em jogo um conjunto de histórias entrelaçadas que cruzam a Jamaica com a Inglaterra, os colonizados com os colonizadores, os escravos com os missionários e os ex-escravos com os abolicionistas da metrópole.

Paradoxalmente, o livro começa pelo fim e pelos antípodas. De facto, o extenso prólogo parte de tumultos ocorridos na Jamaica em 1865 e do facto de o então governador da ilha, Edward John Eyre, ter lidado com aquilo que era uma contestação agressiva de cidadãos britânicos — ainda que negros — como se de uma revolta de escravos se tratasse: decretou a lei marcial, a coberto da qual se executaram 439 pessoas, se chicotearam mais de 600 e se queimaram mais de 1000 lares (p. 23). Em Inglaterra, essa linha de actuação levantou protestos, mas suscitou também muitos apoios e, surpreendentemente, foram estes últimos que vingaram na opinião pública. E vingaram porque, como Hall assinala, a Inglaterra mudara muito. O inglês da década de 1830 era um apoiante da causa antiescravista e alguém que acreditava ter uma missão: a de melhorar a sua vida e a dos outros, nomeadamente a dos povos infelizes, selvagens e escravizados, esses povos potencialmente melhoráveis e que poderiam gerar novos homens e

novas mulheres. Como se dizia na terminologia abolicionista, os negros poderiam ser «brothers and sisters». Duas ou três décadas depois sedimentara uma visão substancialmente diferente e os «brothers and sisters» tinham dado lugar, no imaginário inglês, a seres «outros», radicalmente diferentes de «nós» e irremediavelmente inferiores. Em 1866, a defesa dos direitos dos negros na Jamaica deixara de ser uma causa popular em Inglaterra: «A considerable body of opinion had concluded that black people were, essentially, different from whites, and thus could not expect the same rights: British subjects across the empire were not all the same» (p. 25).

Hall atribui a mudança na forma como os ingleses viam o negro — ou, em geral, os povos escuros das colónias — a uma série de choques dolorosos, como a revolta dos cipaios na Índia, ou então a desânimos sofridos pelo inglês médio no contacto com os aborígenes, ou ainda ao manifesto pouco melhoramento civilizacional dos ex-escravos nas *West Indies*. Faltar-lhe-á talvez sublinhar mais fortemente que na génese dessa viragem está uma causa muito mais prosaica: a constatação do fracasso económico das *West Indies* pós-emancipacionistas. De qualquer modo, para explicar a emergência da mudança na maneira de pensar o negro, Hall dá ao prólogo do seu livro uma feição biográfica e projecta o leitor para as lonjuras da Austrália e da Nova Zelândia. Aliás, a linha narrativa seguida pela autora ao longo de toda a obra deambula, com cons-

tantes idas e vindas, tanto do ponto de vista cronológico como espacial, algo que faz lembrar o *flashback* do cinema e que torna a leitura mais trabalhosa e a compreensão menos imediata. Mas porquê começar a análise pela Austrália e Nova Zelândia, locais tão afastados do eixo Jamaica-Inglaterra, em torno do qual o estudo gira? Porque na década de 1830 essas regiões tinham começado a ser povoadas por jovens representantes da empreendedora *middle class* inglesa, homens e mulheres que trabalhavam duramente e que sentiam marcado desprezo pelo aborígene que não aproveitava a terra que Deus lhe dera. Tratava-se de um novo tipo de colono e de administrador colonial, gente pouco propensa a contemporizar com outras visões do mundo e formas menos ambiciosas de viver a vida. Ora, um desses colonos era Edward John Eyre, o futuro governador da Jamaica. Por isso o prólogo assume uma feição biográfica e intitula-se, adequadamente, «The making of an imperial man».

A seguir ao prólogo vem o núcleo do livro, núcleo esse que se divide em duas grandes partes: a primeira centra-se na colónia e na acção das missões. Após caracterizar sociologicamente a Jamaica de finais do século XVIII e inícios do XIX, Hall analisa em pormenor o papel aí desempenhado pelos missionários baptistas e, ocasionalmente, de outras denominações protestantes. Em 1833 a Jamaica teria apenas 43 missionários de várias igrejas dissidentes, mas a sua presença, os seus ensinamentos — transformando o cristianismo

numa ideologia de contestação — e a forma como, em geral, apoiaram as comunidades negras e escravas tiveram um efeito explosivo no *status quo* dominado pelos plantadores e pelos representantes da Igreja anglicana. Hall estuda precisamente a forma como os missionários organizavam as suas congregações, os seus conflitos com os plantadores e a importância crucial que viriam a assumir na abolição decretada em 1833 não apenas devido a algumas das suas intervenções na tribuna política, mas também pela sua participação no jogo ideológico das imagens e representações. A autora atribui aos missionários a construção de uma nova imagem do negro, uma imagem de um homem infantilizado, sim, mas capaz de aceitar a orientação paternal do missionário branco, capaz de aprender, de trabalhar e de viver em família (p. 108). Na verdade, seria talvez mais correcto dizer que, através das cartas e artigos que publicavam nos jornais da metrópole, os missionários se limitaram a confirmar e a reforçar uma imagem que já existia, visto que o debate sobre as capacidades do negro não surgira apenas na década de 1830. O tipo de imagem optimista do negro que Hall faz brotar dos missionários baptistas já existia em profusão na literatura abolicionista de Setecentos (em Benezet, por exemplo). Virá a propósito referir que as passagens de *Civilising Subjects* que remetem para o abolicionismo são, por vezes, decepcionantes. Por opção ideológica ou por qualquer outra razão, Hall não utilizou os grandes especialistas do

tema e algumas das suas afirmações ressentem-se dessa lacuna². De facto, nessa área, o livro tem alguns erros de pormenor, algumas confusões ou imprecisões — *maroons* não são «freed men and women who had settled in the mountains» (p. 74), mas sim escravos fugitivos. A questão da imagem do negro é uma dessas imprecisões. O que conferia importância a essa imagem quando transmitida pelos missionários não era tanto a sua novidade intrínseca — que, em bom rigor, não existia —, mas sim a credibilidade de que vinha investida, já que os missionários, apesar da sua origem social humilde e da sua pouca ilustração, eram testemunhas presenciais do que relatavam.

O estudo da acção missionária prolonga-se pelas décadas seguintes, passando pelo regime de aprendizagem, pela enorme adesão dos ex-escravos à Igreja baptista — cujo número de membros aumentou 200% entre 1834 e 1839 — e, depois, pelos tempos de progressiva crise e descrença, até à revolta de Morant Bay em 1865. O modo como os missionários lidaram com esses tempos de descrença é pormenorizadamente analisado no livro. Hall assume que na origem da crise estava uma quebra produtiva, já que, uma vez liber-

² Efectivamente faltam na bibliografia todos os trabalhos de Seymour Drescher, de David Eltis e de David Turley, por exemplo, e de David Brion Davis há apenas um livro, faltando, nomeadamente, a sua obra *Slavery and Human Progress*, Oxford, Oxford University Press, 1984, que incide precisamente na época estudada por Hall e que seria importante para a fundamentação das suas teses.

tas, as mulheres e crianças, parte importante da força de trabalho, deixaram de trabalhar para se dedicarem à escola e às actividades domésticas. Em consequência, alguns plantadores expulsaram essas famílias das cabanas que ocupavam ou pediram rendas exorbitantes por elas, o que encorajou ou compeliu os negros a adquirirem terras para se fixarem. Os missionários procuraram facilitar essas aquisições, planeando e organizando aldeias destinadas a acolherem a população livre, aldeias à maneira inglesa e que espelhavam aquilo que os abolicionistas tinham imaginado para os negros. Como diz a autora, «Jamaica [...] became a site for acting out white visions of how black people should live» (p. 136), até porque havia a esperança de que o tipo de exigências inerentes à posse de uma casa e de um papel na comunidade contribuisse para criar no negro a necessidade do trabalho (para manter o que já possuía).

Esses sonhos tinham subjacente, claro está, uma recusa em reconhecer uma cultura negra preexistente e seria a emergência dessa cultura que a partir de meados do século iria levar ao acordar sobressaltado do sonho missionário. Com a emancipação, e também com a chegada de imigrantes livres da costa de África, houve um revivalismo das crenças, práticas e rituais africanos que tinham estado domesticados ou reprimidos durante a era da escravidão. Esses revivalismos, para além de serem contrários aos interesses da economia e do decoro coloniais, punham igualmente em causa o avanço

do cristianismo na Jamaica. De 1845 a 1865, as várias igrejas dissidentes existentes na ilha perderam entre 25% e 50% dos seus membros. Hall descreve muito bem a forma como, perante essas contrariedades, os missionários, na colónia, e os abolicionistas, em Inglaterra, foram construindo um lugar imaginário — uma «Jamaica of the mind» — e como tendiam a omitir e a adoçar todo o comportamento dos negros que de alguma maneira divergisse da evolução desejada, uma evolução em direcção ao modelo inglês de comunidades camponesas ordeiras e disciplinadas. Em vez de acentuarem o tumulto das festas africanas ou da agitação paroxística dos curandeiros, os relatos dos missionários compraziam-se com descrições de negros industriais, respeitáveis e sóbrios, de mulheres que tinham abandonado a habitual concubinação e tinham adquirido recato e vergonha, cuidando da casa e da prole. Abra-se aqui um parêntese para assinalar que a mulher é uma figura omnipresente no livro. O assumido interesse de Hall pelos estudos de género leva-a a perspectivar as coisas simultaneamente no masculino e no feminino, o que quer dizer que estão em causa os escravos e as escravas, os missionários e abolicionistas e as mulheres que partilhavam as suas vidas, fossem esposas ou irmãs. O quadro que resulta dessas visões masculina e feminina do mundo é tendencialmente mais rico, mas tem os seus inconvenientes, já que leva a autora a entrar em muitos campos — os direitos das mulheres, o sufrágio feminino, etc. —

que a afastam do fio principal e acabam por introduzir no livro uma certa confusão de planos. Fechado o parêntese, o que importa sublinhar é que a imagem do negro bem-comportado e produtivo, assim como a imagem que lhe estava associada de um tipo de «imperial man» capaz de conduzir o negro com firmeza mas também com bondade rumo à civilização, não conseguiu resistir duradouramente ao confronto com a realidade. A partir da segunda metade da década de 1850, a opinião pública apercebeu-se da ilusão que havia sido criada, o discurso desencantado acerca do carácter e das capacidades do africano generalizou-se e começou mesmo a aparecer na boca dos missionários da Jamaica. É certo que apenas na de alguns. Mas era evidente que em 1860 nenhum deles tinha as esperanças e sonhos que tivera vinte ou trinta anos antes (p. 263).

A segunda parte do livro lida com Birmingham, que a autora procura situar no seu contexto colonial. E fá-lo através da enunciação dos produtos da indústria local que se exportavam, dos oradores famosos que passavam pela cidade abordando temas coloniais ou raciais, das peças teatrais que aí se exibiam e que incluíam africanos nos seus elencos e, sobretudo, das histórias individuais de gente da região que tinha partido para o ultramar. Uma vez estabelecida a ligação entre Birmingham e as colónias, Hall procura seguir a mudança de perspectivas na óptica metropolitana, recorrendo, para tanto, a histórias pessoais e às trajectórias de algumas individualidades locais. Homens, como

Sturge, que personificam uma época em que os abolicionistas inflamaram Birmingham (e toda a nação) na luta pela liberdade imediata do negro, mas também homens, como Dawson, que ilustram os tempos em que ganharam proeminência os ataques ao ex-escravo — visto agora como um ser irremediavelmente inferior — e aos filantropistas que tinham engendrado o desastre económico da Jamaica, e em que começou a recorrer-se cada vez mais ao argumento da raça para explicar e justificar as desigualdades persistentes entre os povos. A viagem de Hall pelos casos exemplares prossegue até à revolta de Morant Bay, em 1865, isto é, o livro termina precisamente por onde começou. Aliás, na medida em que é um pouco a mesma história, ou melhor, a história dos mesmos tempos, acontecimentos e problemas vista do lado de cá do Atlântico, toda a segunda parte do livro acaba por ter um cariz um pouco repetitivo.

Muito rico em detalhes — por vezes excessivamente rico — *Civilising Subjects* é um livro para ler com algum esforço, mas certamente com proveito, sobretudo num universo, como o português, onde os avanços e declínios do abolicionismo são geralmente ignorados³. Acresce que para o leitor português o livro tem outros interesses e utilidades devido aos constantes paralelos que permite

³ João Pedro Marques, «Portugal e o fim da escravidão: uma reforma em contraciclo», in *Africana Studia*, 7, 2004, pp. 133-157, será, tanto quanto sei, o único estudo português sobre a questão.

estabelecer. Paralelos muito específicos, como os suscitados, por exemplo, pelos debates ocorridos no Portugal da segunda metade do século XIX a respeito das missões ultramarinas. Mas também paralelos em redor de problemas mais amplos. De facto, muito do que Hall analisa relaciona-se com a questão das expectativas e do seu não preenchimento: expectativas a respeito do negro; expectativas a respeito da produtividade do trabalho livre nos trópicos; expectativas a respeito da vontade dos indígenas em adoptarem o modo de vida dos brancos. Por outras palavras, *Civilising Subjects* lida com sonhos e frustrações e com a absoluta necessidade de conhecer ambos para compreender o modo como os europeus se relacionaram com África.

JOÃO PEDRO MARQUES

Jane Caplan, John Torpey (eds.), Documenting Individual Identity: the Development of State Practices in the Modern World, Princeton, Princeton University Press, 2001.

Who are you?
I really want to know...
(The Who)

Num qualquer episódio que vejamos da série policial CSI — (Crime Scene Investigation) a trama obedece

sempre aos mesmos ditames: ocorre um crime, a equipa de investigação policial e forense chega ao local e, em seguida, todo um complexo dispositivo é posto em marcha com o objectivo de encontrar pistas que permitam descobrir o(s) assassino(s). Recorrem, para tal, às mais variadas tecnologias de identificação: recolha de impressões digitais, ADN dos suspeitos, câmaras de vigilância, cruzamento de informação disponível em base de dados que mais facilmente permita detectar e identificar quem praticou o crime.

A música do genérico da série televisiva acima mencionada faz a pergunta-chave sobre a qual iremos centrar-nos aqui, «Who are you?», e ilustra de forma categórica o modo como nas mais variadas situações do quotidiano esta é uma das solicitações a que permanentemente temos de atender quando interagimos com os outros.

Apresentar-se-á neste ensaio uma análise global dos textos apresentados no livro *Documenting Individual Identity*, editado por Jane Caplan e John Torpey (2001), usado como referência para tentarmos compreender o modo como os processos de identificação têm vindo a modernizar-se numa sociedade em crescente complexificação. Por ser uma colectânea de artigos que abrange as mais variadas culturas e sociedades desde a Idade Média até à actualidade, os elementos em destaque serão as questões que consideramos mais pertinentes para a análise das transformações dos processos de identificação.

Os organizadores definem os seus objectivos: «Our purpose is to discuss